

ATA DA 028ª SESSÃO ORDINÁRIA DA
2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 10 DE ABRIL DE 2012
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

Às 10h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Altair Guidi - Ana Paula Lima - Angela Albino - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Dado Cherem - Darci de Matos - Dieter Janssen - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Dóia Guglielmi - Edison Andrino - Elizeu Mattos - Gelson Merisio - Gilmar Knaesel - Ismael dos Santos - Jailson Lima - Jean Kuhlmann - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Luciane Carminatti - Manoel Mota - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Nilson Gonçalves - Padre Pedro Baldissera - Reno Caramori - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valmir Comin.

SUMÁRIO

Partidos Políticos

DEPUTADO SILVIO DREVECK - Manifesta-se a respeito da precariedade em que se encontra a Saúde.

DEPUTADO KENNEDY NUNES - Apresenta roteiro que fez durante o final de semana na região oeste.

DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Aborda a questão do uso do celular dentro das unidades prisionais no país e de Santa Catarina.

DEPUTADO SERAFIM VENZON (aparte) - Manifesta apoio ao PL n. 0496/2011.

DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS (aparte) - Parabeniza o deputado Serafim Venzon.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES (aparte) - Parabeniza o deputado Serafim Venzon.

DEPUTADO CARLOS CHIODINI (aparte) - Parabeniza o deputado Serafim Venzon.

DEPUTADO JAILSON LIMA - Relata viagem à Índia acompanhando o evento do BRICS.

DEPUTADO SERAFIM VENZON - Reporta-se à saúde.

Explicação Pessoal

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Aborda as dificuldades da saúde.

DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Pronuncia-se a respeito da instalação da Udesc e ao ato de criação das regiões metropolitanas do extremo oeste e do Contestado; defende o delegado Cláudio Monteiro.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Manifesta-se a respeito do enfrentamento entre o Corpo de Bombeiros Militar e os Bombeiros Voluntários.

DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK (aparte) - Solidariza-se com o deputado Sargento Amauri Soares.

DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK (pela ordem) - Registra a presença do prefeito de Bom Jesus do Oeste, Sérgio Luiz Persch.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, terça-feira, os primeiros minutos são destinados ao PP.

Com a palavra o sr. deputado Silvio Dreveck, por até sete minutos.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Sr. presidente, srs. deputados e sras. deputadas, vou me manifestar hoje sobre a situação da saúde no Brasil, pois tenho acompanhado durante muitos anos a saúde no Brasil, mais precisamente a partir de 1993, quando tive a oportunidade de ser secretário da Saúde do município de São Bento do Sul, e desde aquela época as reclamações têm sido por falta de recursos e pela situação precária de atendimento ao usuário, ou seja, àquele que precisa do serviço da saúde. Em algumas regiões a situação é melhor e outras pior, mas quando se trata, principalmente, de hospitais públicos, a reclamação é grande no que diz respeito à espera, à demora e à fila que nunca termina, nunca tem prazo para concluir o procedimento. E no que diz respeito ao exame de alta e média complexidade e ao procedimento cirúrgico.

Por outro lado, há uma manifestação dos hospitais, dos profissionais, quanto à falta de recursos. Lembro-me de que na década de 90, como disse, a partir de 1993, quando estive à frente da secretaria municipal de São Bento do Sul, o pleito, as reivindicações, as movimentações dos secretários municipais através das entidades, juntamente com os secretários estaduais, diziam respeito ao reajuste da tabela SUS que pouco avançou, deputado Dieter Janssen, v.exa. que é do município de Jaraguá do Sul, e, diga-se de passagem, o referido município tem uma saúde exemplar, mas mais pela participação comunitária ou mais objetivamente pelas lideranças empresariais que dão uma grande contribuição aos hospitais daquele município e à saúde como um todo.

Mas na média brasileira, volto a repetir, o problema diz respeito à angústia desses profissionais quanto ao não reajuste dos salários. Em outras palavras, não há valorização ao serviço, do quanto falta para ser feito tanto no trabalho profissional médico quanto nos hospitais, nos procedimentos cirúrgicos, nos exames laboratoriais e assim por diante.

Não é possível que continuemos sempre cobrando, pedindo, reivindicando, e não acontece o reajuste da tabela SUS, que depende do governo federal.

O que quero destacar é que quando nós, na época, não encontrávamos uma solução para esse grave problema que é a reposição, ou seja, o reajuste da tabela dos serviços de saúde, pagos pelo governo federal e transferidos aos estados e aos municípios, para alguns serviços tomamos uma iniciativa, um consórcio que resolveu muito os problemas da saúde na região. Quero crer que foi o primeiro consórcio criado em Santa Catarina na região da Associação de Municípios do Nordeste, Amunesc, liderada pelos prefeitos e, principalmente, pelos secretários da Saúde.

Lembro-me que fui um dos líderes na condução desse processo, com a colaboração dos demais municípios, dos demais secretários, com a boa vontade dos prefeitos e com a participação, na época, do funcionário dr. Dario Sales, que deu uma grande contribuição. Visitamos outros estados, principalmente o de Minas Gerais, que já havia iniciado um consórcio, que nos deu um direcionamento. Criamos esse consórcio de saúde, para o qual os municípios contribuíam e continuam contribuindo para comprar serviços que os municípios não tinham e não têm ainda.

Nem todos os municípios conseguem ter serviços de saúde de média e de alta complexidade, exames especializados, uma referência para internamento, procedimentos e especialidades médicas. Então, o consórcio amenizou esse problema, resolvendo outros problemas que até então não se conseguia resolver, porque o que a tabela SUS pagava e continua pagando nenhum profissional, nenhuma instituição de saúde se propunha a fazer.

Portanto, o consórcio foi uma solução que encontramos e é um bom exemplo. Por isso quero dizer aos municípios e regiões que ainda não o têm, que o consórcio é uma alternativa. No entanto, vale ressaltar que mais uma vez os municípios pagam a conta. O consórcio é uma solução que ameniza, mas o governo federal,

repito, é quem tem a grande responsabilidade de fazer esse reajuste para amenizar os problemas nos serviços de saúde pública no Brasil.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Silvio Dreveck.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSD.

Com a palavra o sr. deputado Kennedy Nunes, por até 14 minutos.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, catarinenses que nos acompanham, telespectadores da TVAL e da Rádio Alesc Digital, há gente ainda que não quer conceder a nós o direito legítimo ao fundo partidário pelo tempo de televisão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Vamos rever isso aqui também.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, quero cumprimentar todos os deputados e deputadas e dizer que acabei de chegar de um roteiro que fiz durante o final de semana na região oeste, para tratar de dois assuntos. Primeiramente, verificamos *in loco* a questão da seca que está ocorrendo lá. Há muitos municípios passando por sérias dificuldades em relação à estiagem que está ocorrendo. Já conversamos e começamos a nossa pregação para mostrar a necessidade de o agricultor fazer reserva de água. É uma questão de mudança de cultura, como nós, aqui do litoral, demoramos para mudar a cultura da prevenção de cheias, de deslizamento.

Nós precisamos fazer uma verdadeira pregação ao agricultor do oeste, a fim de que coloque em sua cabeça que a reserva de água é um grande sócio, um grande parceiro. Isso, infelizmente, ainda não é uma questão cultural. Nos últimos dez anos, essa já é a sétima seca que a região sofre. Quando estava indo para lá peguei uma chuvinha em Joaçaba. Até Catanduvas, pensei que ia chover, mas chovia e depois parava, e isso é um prejuízo muito grande.

Passamos também nas cidades de Xanxerê, onde inauguramos um laboratório do passaporte digital, para fazer inclusão, principalmente, no projeto Escola da Vida, da Associação Beneficente Arne Johson, ligada à Igreja Batista que está trabalhando, deputada Dirce Heiderscheidt - lembrei-me de v.exa. que está sempre atenta a essa área -, na prevenção de jovens, para não deixá-los cair no mundo das drogas. Essa associação tem uma estrutura muito boa em Xanxerê, terra do presidente Gelson Merisio, e logo depois passamos na cidade Sul Brasil, onde inauguramos um laboratório, e à noite estivemos na cidade de Palmitos, onde pudemos também inaugurar ali um laboratório.

Enfim, passamos em várias cidades, e acho que a nossa missão é fazer essa visita *in loco* para conversar com os prefeitos. E ontem ainda, conversando com os prefeitos de Ouro, de Zortéa, de Capinzal, município este que participei de uma palestra para os empresários e gestores daquela região, eles me diziam que estavam preocupados. E a preocupação, deputado Dirceu Dresch, do município de Zortéa não é somente com a seca na agricultura, porque quase que ela zerou, o problema é com os *royalties* da produção de energia que o município perde. O prefeito daquele município me contava, ontem, deputado Romildo Titon, que em 2009 chegou a receber por mês R\$ 1.700,00 de *royalties*, e isso zerou, principalmente, o caixa. Em 2010 foi bom, em 2011 também, mas este ano também começa a haver uma perda em torno de 15% do Orçamento do município, por conta dos *royalties*, por conta da seca.

Então, a estiagem é uma questão séria. A grande reclamação dos agricultores daquela região é exatamente por não haver água, deputado Padre Pedro Baldissera, para o consumo animal. Essa é a grande mudança que temos que fazer na legislação federal, possibilitando que as prefeituras e os governos possam gastar parte do dinheiro, que é para esse momento de estiagem, não somente para a água do consumo humano, mas também para água do consumo animal. Como é que vamos fazer para dar

água para as aves, os porcos os bovinos, se não há água?

Às vezes, a lei é injusta por conta disso, porque não temos como fazer isso e dependemos da legislação federal para que possa chegar aqui e ser feito.

Mas entendo que, com essa sequência e frequência de estiagens, tanto nós, como o Rio Grande do Sul, temos que levantar um movimento para que possamos chegar até Brasília com algumas mudanças. E também aproveitar que está sendo feita a legislação de Defesa Civil, de proteção civil, e pensar na questão da água para o consumo animal nesse momento de estiagem, porque senão não será possível.

Os prefeitos disseram que há água para o consumo humano e que o problema é para o consumo animal, e que não há como resolvê-lo. Não pode ser gasto hora/máquina para abrir cisternas e diques para aproveitar a água. Não podem fazer nada. E daí o que vamos fazer? Como é que vamos ajudar o agricultor? Como é que vamos ajudar os prefeitos, que estão gastando dos seus recursos próprios, que seriam para investimentos, para atender a essa necessidade?

Essa questão é muito séria e tenho certeza de que nós, da comissão de Proteção Civil desta Casa, estamos tratando... Ainda na semana passada tivemos uma reunião em que contamos com a presença do secretário da Agricultura, João Rodrigues, e do secretário de Defesa Civil, Geraldo Althoff, para que nos pudessem revelar como está a situação lá.

E não foi somente isso. Este final de semana fui verificar *in loco* a situação e observei que há uma necessidade muito grande, sim, por conta de algumas mudanças na legislação.

Fala-se muito em milhões, que o governo liberou milhões, mas onde é que estão esses milhões? Nem na lavoura há milhões, porque o milho está secando! Onde é que está esse recurso? Quando é que vai chegar esse recurso para a pessoa que está tendo necessidade? Como é que nós, legisladores, vamos fazer para que chegue até Brasília o pedido para que haja uma mudança na

legislação para que possamos gastar parte do recurso na água para o consumo animal? Como é que vamos fazer isso? Essas questões é que têm que vir para cá.

Essa dor das pessoas que estão passando por esse momento é a mesma dor, e talvez pior, das pessoas que passam por uma enchente lá na cidade do deputado Ismael dos Santos, em Blumenau, no vale do Itajaí, e em tantas outras regiões. A dor da enchente e do deslizamento é igual à dor da seca! E talvez pior ainda! Agricultores estão vendo todo o esforço do ano em plantação sendo jogado fora e não tendo condições de dar água para os animais. E batem na porta da prefeitura, do governo do estado, do governo federal, que dizem que serão liberados milhões, milhões e milhões, mas depois, no frigir dos ovos, dizem que não podem gastar nada de recurso para a água para o consumo animal porque a legislação não permite.

Então, temos que fazer alguma coisa. Eu sei que aqui não podemos fazer nada, mas precisamos criar mecanismos que possam resolver essa questão.

É muito séria e muito distinta a seca do nordeste da nossa. A nossa é dividida à estiagem. Lá é uma questão de vegetação. Aqui é uma questão climática. Por conta de El Niño, La Niña, é que passamos por esse momento - e nós e o Rio Grande do Sul. A situação no Rio Grande do Sul está pior ainda! E nós precisamos estar voltados para essa necessidade.

Eu falo isso como presidente da comissão de Proteção Civil, sendo que estive com muitos prefeitos, vereadores e lideranças neste feriado de Páscoa para verificar *in loco* essa questão.

Vamos produzir audiências, debates, enfim, vamos produzir alguma coisa para que possamos levar esse assunto para Brasília e fazer com que, nesse compêndio de leis que está sendo feito para a Defesa Civil, nós consigamos chegar até o momento em que possamos também atender os agricultores, no momento de estiagem - e que é o nosso caso aqui -, para que tenham água para o consumo animal. Não é mais tangível isso!

Também, da mesma forma, assim como estamos fazendo seminários em áreas de risco, através da comissão, nós vamos fazer uma pregação - e todos nós, deputados, todos os agentes políticos - para que o agricultor tenha a cisterna como a sua melhor parceira. Ele não pode mais depender de São Pedro! Não dá mais para ele depender da chuva!

Vejam que na Austrália chove três vezes menos no ano do que chove no oeste de Santa Catarina, e lá eles não passam por esse momento. Por quê? Porque na Austrália a terra tem o seu preço avaliado não pelo que ela pode produzir ou pelo seu tamanho, mas, sim, pelo armazenamento de água que tem. O camarada, quando vai vender ou comprar terras, não pergunta quanto espaço há para plantar. Ele pergunta quanto de água a pessoa tem reservada. Vejam o conceito, vejam a diferença! É a mesma coisa que, antes de comprar um terreno nas regiões alagadiças, a pessoa entrar no *site* da prefeitura e ver se aquela região é alagadiça ou não. É consciência, é prevenção!

Nós precisamos fazer diferente do que está sendo feito lá em Joinville, por exemplo, sendo que estão construindo um conjunto habitacional do Minha Casa, Minha Vida na beirada de um rio onde o terreno enche de água. A questão está no Ministério Público. Agora não sei o que o prefeito Carlito Merss vai prometer nessa eleição, se vai construir uma ponte ou um viaduto? Eu não sei o que ele vai fazer, porque está construindo um conjunto habitacional num terreno que enche de água. O que é isso? É falta de planejamento, de responsabilidade e de prevenção.

Aliás, prevenção é o que nós, brasileiros, menos fazemos. Nós não fazemos a prevenção de saúde, infelizmente, não fazemos a prevenção do direito. Para a alegria dos advogados, nós os procuramos somente quando o prazo já está contando e terminando. E para a alegria dos advogados, é aí que eles ganham mais dinheiro.

Mas nós não fazemos a prevenção, antes de colocar a nossa assinatura em qualquer lugar, de fazer uma consulta preventiva com um advogado para saber se está tudo dentro da legislação, se não há

um comprometimento maior nosso do que podemos ter. Não! Nós somente perguntamos o seguinte: "Onde é que assinamos"? E a maioria dos contratos de adesão é feita com letrinhas minúsculas, com um monte de coisas que nem lemos. O que sabemos é que há um risquinho para assinar e receber o que é do nosso interesse.

Precisamos fazer a prevenção em todos os sentidos: prevenção no acidente de trânsito; prevenção no direito; prevenção na saúde; prevenção na questão da seca, guardando água; prevenção na questão das cheias para que não se possa fazer construções em locais impróprios. Lá em Joinville um conjunto habitacional inteiro do Minha Casa, Minha Vida foi construído numa área alagadiça, trazendo complicações muito grandes. Eu estou falando isso aqui, mas basta acessarem o site do Ministério Público para ver que já há uma ação no Ministério Público em relação a isso. E o a prefeitura manea os ombros dizendo que não sabe de nada. Aí nessa hora a obra é do governo federal, mas na hora de inaugurá-la é do município!

Chega de hipocrisia, vamos falar a verdade e prevenir, porque prevenir é muito melhor do que remediar. Esta que é a verdade, é isso que temos que fazer e é isso que vamos pregar nessa questão da defesa civil.

Muito obrigado, sr. presidente.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Kennedy Nunes.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o deputado Elizeu Mattos, por até 16 minutos.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Sr. presidente, faz muito tempo que não uso a tribuna. Antes eu a usava todos os dias, senão duas vezes, no horário do partido, e agora eu a tenho usado pouco. E até na condição de líder eu usava mais o microfone.

Mas, hoje, no horário do partido, farei um debate - e que foi veiculado no final de semana -

sobre a questão do uso do celular dentro das unidades prisionais no país e em Santa Catarina.

O que está acontecendo, hoje, em Santa Catarina e no Brasil é que o bandido, quando sai da rua, tem um escritório bancado pelo estado, deputada Dirce Heiderscheidt, comida bancada pelo estado, luz e água bancadas pelo estado e um grande escritório para comandar o tráfico, a bandidagem, as quadrilhas organizadas. O que não é possível mais admitir é que o estado pague o cara para fazer bandidagem! Ele está dentro do presídio e as coisas acontecem fora dele.

Discute-se muito - e eu acompanhei, no final de semana, algumas reportagens, e já tenho discutido isso outras vezes - a questão do uso dos telefones celulares dentro das unidades prisionais. Hoje, deputado Serafim Venzon, todos aqueles que estão lá dentro usam o celular e de lá comandam todo esquema da bandidagem em Santa Catarina e no Brasil.

Estamos indagando o que fazem as operadoras? Eu apresentei nesta Casa, deputado Ismael dos Santos, um projeto de lei sobre essa questão. V.Exa., deputado, luta muito contra a droga, e posso dizer que ela sai de dentro dos presídios porque lá há todo o esquema do tráfico. Nós apresentamos um projeto na Casa que obriga as operadoras a bloquearem o sinal do celular dentro das unidades prisionais. E daí indaga-se muito: "Mas é dever da operadora instalar um bloqueador dentro dos presídios para que os presos não possam usar o celular"? E eu me pergunto: qual é o dever da operadora? Será que é somente receber, dar um serviço de má qualidade, vender 240 milhões de telefones para um universo de 190 milhões de habitantes no Brasil? Onde não há qualidade para 100 milhões de telefones, nós temos 240 milhões de telefones vendidos no Brasil. Será que as operadoras somente pensam no lucro? Há uma autorização em nível federal para utilizar? Qual é a contrapartida que essas empresas dão para o estado?

"Ah, mas como vamos bloquear tecnologia"? Deputado Carlos Chiodini, consegue-se bloquear um

telefone por falta de pagamento - em cinco dias ele estará bloqueado -, será que não podem instalar bloqueadores dentro dos presídios para fazer um pouquinho da contrapartida que esperamos que seja feita desse péssimo serviço que é prestado no país, hoje, pelas operadoras de telefonia móvel?

Nós apresentamos, sim, um projeto, e alguns já disseram que ele é inconstitucional. Nós vamos obrigar as operadoras que operam no estado de Santa Catarina a colocar bloqueadores dentro das unidades prisionais para que lá não se possa usar o telefone celular. Mas se é inconstitucional, então vamos deixar as operadoras irem até a Justiça dizer que é inconstitucional e que não querem fazer o serviço. Daí iremos saber, deputado Ismael dos Santos, qual é a operadora que não quer prestar um serviço de contrapartida numa questão que é crucial e importante para a vida dos brasileiros, e para nós, catarinenses, que é essa questão da utilização dos telefones celulares dentro dos presídios.

Eu não quero nem discutir a constitucionalidade ou não, porque daqui a pouco os Parlamentos estaduais não poderão mais legislar! Está ficando muito difícil! Não podemos fazer mais nada! Parece que estamos ficando proibidos até de dar nome a ginásio de esporte! E já estamos até dividindo estradas para dar nome a elas.

Acho que a questão não é se é constitucional ou não. Creio que a questão é de mérito, de vida. A droga está destruindo famílias. A guerra que temos que enfrentar, deputado Ismael dos Santos, não é com o Paraguai, a Argentina, o Uruguai, a Bolívia. A guerra é com a droga. Ela está destruindo muita gente, e essa é a grande preocupação dos pais.

Onde a droga nasce? Onde está a droga? Onde se está traficando? Onde se comanda o tráfico da droga? Onde se está distribuindo a droga? Onde se compra a droga? Dentro dos presídios, deputado Serafim Venzon! É lá que estão os grandes traficantes. Os chefões dessas quadrilhas estão

dentro dos presídios usando o telefone celular, e o estado pagando a sua comida, luz e água. E essas pessoas estão dentro dos presídios destruindo famílias e mais famílias neste Brasil e no nosso estado.

Por isso, apresentei o Projeto de Lei n. 0496/2011, que já passou pela comissão de Constituição e Justiça, deputado Romildo Titon, a qual v.exa. preside - e o relator foi o deputado Sargento Amauri Soares. Agora ele deverá tramitar nas demais comissões, e acho que deveríamos agilizar esse projeto.

Se há inconstitucionalidade, vamos deixar as operadoras brigarem na Justiça e dizer que qual é a operadora que não quer ajudar a resolver essa questão dentro dos presídios em Santa Catarina, e que é grave.

O Sr. Deputado Serafim Venzon - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Pois não! Concedo um aparte a v.exa., deputado Serafim Venzon.

O Sr. Deputado Serafim Venzon - Deputado Elizeu Matos, quero manifestar o meu apoio em prol de seu Projeto de Lei n. 0496/2011 e dizer que atualmente as operadoras telefônicas possuem um serviço, e que é até divulgado na televisão como propaganda, através do qual dá para saber exatamente onde se encontra uma pessoa hoje à noite ou as 2h.

De forma que aquela justificativa que há algum tempo usava-se, dizendo que para bloquear um telefone na cadeia teriam que bloquear também o do diretor, é mentira! Eles podem deixar livres naquela área somente alguns telefones, ou saber quais os telefones que estão funcionando naquela área onde está o presídio. É possível fazer uma seleção seletiva e identificar e bloquear somente um telefone. Pode haver 500 telefones dentro da cadeia e apenas bloquear um. As telefônicas podem fazer isso!

Por isso, esse projeto de v.exa. é bem-vindo e será uma maneira de impedir, afinal, esse grande tráfico de drogas. A cadeia virou um grande

escritório para aqueles que estão lá presos. E de lá ficam manipulando toda a equipe que está fora, e fazendo com que a droga continue campeando.

Parabéns pelo seu projeto!

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Agradeço o aparte de v.exa., deputado Serafim Venzon.

Na verdade, o tráfico de droga está sendo coordenado de dentro dos presídios. Ninguém tem dúvida sobre essa questão, e isso está matando muita gente.

Há alguns dias assisti a uma reportagem - e até quero trazê-la neste plenário, pois eu a acompanhei no domingo, e não sei se foi na Rede Globo, no *Fantástico*, ou na Record - mostrando o uso da cocaína por motoristas de caminhões. Isso é muito perigoso! Quando estamos na rua encontramos a toda hora pessoas drogadas para não dormir, e esse é outro tipo de tráfico também. Essa foi uma matéria mostrada em nível nacional, realizada em Itajaí. E lá há também a coordenação feita de dentro dos presídios em pessoas que estão fora deles.

Como o deputado Serafim Venzon falou hoje, foram descobertas algumas pessoas assassinadas em São Paulo, através do seu celular. E uma delas, se não me engano, foi o caso de um bispo que assassinou uma advogada. É verdade, hoje temos tecnologia para isso. Agora, falta um pouco de vontade e contrapartida das operadoras. Mas há tecnologia, sim, para detectarmos onde está sendo usado o celular. É só ter um pouco de vontade e parar com essa ganância, porque só querem ganhar serviços e mais serviços sem autorização. É a ganância pelo dinheiro, somente pelo dinheiro.

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Pois não!

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - Nobre deputado, quero parabenizar v.exa. pelo projeto, entendemos o mérito da proposta. E v.exa. tem toda razão quando diz que na perspectiva tecnológica não há limites, não há fronteiras para que de fato um projeto como esse se torne realidade. Realmente, só falta mesmo boa vontade.

Gostaria de acrescentar, e v.exa. tem toda razão quando fala do tráfico a partir dos presídios, que de cada dez presidiários nove estão na ociosidade. Esse é o grande desafio do Brasil. Quer dizer, esses nove ficam sem fazer absolutamente nada, sendo sustentados por nós, cidadãos brasileiros, a um custo de quase R\$ 2 mil por mês. E pior do que isso, de cada dez internos nos nossos presídios, pelo menos quatro têm HIV positivo.

Esse é um grande desafio; o projeto de v.exa. tem todo mérito e certamente terá absoluta aprovação nesta Casa.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Agradeço o aparte a v.exa. e incorporo-o ao meu pronunciamento.

Na verdade, temos um amontoado de pessoas no presídio. Uns vão lá para cumprir pena e outros vão para ser sustentados pelo estado. Ficam durante um prazo e saem quando querem. Acho até engraçado, porque dias desses estava vendo que há um apenado que nunca fica preso, já fugiu pelo menos umas dez vezes do presídio. É incrível, o cara é um campeão. Vão lá, usam a estrutura do estado, inclusive os telefones, só para fazer o mal.

A ressocialização acontece num nível muito baixo. Temos que repensar essa questão. O cara chega ao presídio como ladrão de galinha e sai mestre em tudo, lá ele se profissionaliza. O que nós queremos? Qual a nossa ideia de ressocialização? É que o cidadão cumpra sua pena aprendendo alguma coisa de bom, para quando sair do presídio possa servir à sociedade aqui fora. Na verdade, o cidadão entra no presídio e além de ocupar a nossa tecnologia, no caso os telefones, sai de lá profissional, sim, capacitado em tudo, menos em ajudar no desenvolvimento do nosso estado, do nosso país.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Pois não!

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Quero parabenizar v.exa. pela iniciativa e dizer que

temos, sim, que travar esse debate. E a nossa posição tem sido favorável à aprovação do projeto.

Essa situação é absurda, pois temos a tecnologia que pode ser usada para aumentar a segurança da sociedade, o sistema de segurança e seu conjunto, mas isso não é feito, porque seu uso naquele caso não daria lucro para ninguém.

Então, as operadoras estão pensando somente, como v.exa. já frisou muito bem, nos lucros, em ganhar da sociedade. E estão, inclusive, lucrando com os próprios presos que usam o serviço livremente.

O argumento de que temos que impedir a entrada dos celulares no sistema é um trabalho praticamente impossível, ou seja, coibir a entrada dos aparelhos no presídio, porque há diversas formas de fazê-lo, inclusive algumas que não há como detectar nem convém dizer deste microfone as várias formas que os presos e seus familiares utilizam para fazer os celulares entrarem no presídio. E há tecnologia para coibir o sinal lá dentro. Então, isso seria resolvido muito tranquilamente.

Acho que além de aprovar esse projeto aqui, temos que cobrar da Anatel, inclusive na medida do possível cobrar do Congresso Nacional, que a Anatel coloque nas cláusulas de concessão de contrato com as operadoras a obrigatoriedade de que poderão prestar o serviço desde que se garanta que dentro do presídio não haverá sinal para uso do celular. Há tecnologia para resolver inclusive isso com facilidade. Mas no limite que fique também todos os funcionários sem celular, porque o funcionário tem o aparelho do estabelecimento, o telefone fixo, para usar. Mas tem essa necessidade de liberar os telefones que se queira liberar e bloquear os demais. Então, isso é possível fazer.

Quero parabenizar v.exa. pelo trabalho. E que a as operadoras, diante do montante do lucro, que é imenso pelo serviço que prestam, tenham a obrigatoriedade de fazer isto: de garantir o bloqueio dos aparelhos, do sinal dos aparelhos celulares dentro dos estabelecimentos prisionais do estado.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Agradeço pelo aparte, deputado relator do projeto que foi à comissão de Constituição e Justiça e que recebeu parecer favorável e que já está com outro andamento.

O Sr. Deputado Carlos Chiodini - V.Exa. me permite um aparte?

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Pois não!

O Sr. Deputado Carlos Chiodini - Gostaria de parabenizar o nobre deputado pela iniciativa. Essa ação, deputado Elizeu Mattos, que é de segurança pública e que reflete até no decorrer do seu discurso em saúde pública, na questão das drogas e tudo que pode se desenrolar, então, é uma iniciativa que merece ter apoio de todos os pares e deve, evidentemente, ser aprovada.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Agradeço pelo aparte do deputado.

É um bom debate. Nós ocupamos 16 minutos e tivemos um bom debate. Precisamos debater essas questões, neste Parlamento, todos os cidadãos, inclusive nós, que somos pais e mães e quem torce por uma família forte.

Eu voltarei a debater esse...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra o sr. deputado Jailson Lima, por até 11 minutos.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Sr. presidente, srs. deputados, o número 11 é um número relevante. O 11 está na base de apoio do governo Dilma, juntamente com o PMDB de vice, que fechou os 77% de aprovação do governo, deputado Moacir Sopelsa. E essa aprovação de 77% tem questões lógicas do ponto de vista do desenvolvimento econômico, social deste país.

Nós, a deputada Dirce Heiderscheidt, juntamente com o deputado Mauro de Nadal estivemos na Índia acompanhando o evento dos BRICS. E de

Santa Catarina estávamos, aproximadamente, 10% de toda a delegação que acompanhou a presidente.

Vimos como a nossa presidente tem se manifestado nesses grandes eventos. E junto com os presidentes do BRICS, que é Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul, discutiu a proposição de um banco efetivo do BRICS para se contrapor ao Banco Mundial e ao Fundo Monetário Internacional que são protagonistas da economia mundial.

Isso nos orgulha muito, porque os empresários que a acompanhavam, basicamente empresários da presidente Dilma Rousseff, são de confiabilidade no que se refere à economia no Brasil, do ponto de vista do desenvolvimento econômico e da solidez internacional que tem o Brasil.

Ao mesmo tempo, quando observamos que a Caixa Econômica e o Banco do Brasil estão intervindo no mercado interno, apresentando taxas de juros e empréstimos bancários para reduzir a taxa de juros no mercado nacional, isso mostra que o governo está voltado para o desenvolvimento interno deste país.

Quando observamos que cartões de crédito e cheque especial, neste Brasil, têm sido um verdadeiro assalto àqueles que o utilizam, quando não conseguem pagar a fatura no dia do seu vencimento, vemos que pela primeira vez na história deste país a Caixa Econômica e o Banco do Brasil estarão reduzindo as taxas de juros em determinadas circunstâncias a 88% dos valores cobrados. E isso obrigatoriamente fará com que esses bancos do Brasil passem a refletir sobre as taxas de juros cobradas.

É lógico que como defensores do livre mercado como eram e são a Caixa Econômica e o Banco do Brasil, eles também atuam de acordo com as regras de mercado. Porém, nesse importante momento da crise internacional não podemos esquecer que o estado tem que ser interventor para produzir o desenvolvimento do país, fazendo com que os bancos deixem de ter essas taxas lucrativas absurdas, como têm essas duas instituições bancárias, e de acordo com as regras de mercado.

A partir de agora novas questões estarão acontecendo neste Brasil no sentido de melhorar esta situação. E gostaria de dar alguns dados econômicos importantes dos últimos tempos neste Brasil. No ano de 2002 o PIB foi de 500 bilhões de dólares; no ano de 2012, deputado Neodi Saretta, vai fechar em 2,6 trilhões de dólares, fazendo do Brasil a 6ª economia do mundo; a renda per capita brasileira em 2002 era de U\$ 2.800; fecharemos 2012 com uma renda per capita de 13,3 mil dólares por brasileiro, ou seja, nos dois casos o Brasil quintuplicou a sua capacidade econômica.

Outro dado relevante é que a produção de automóveis em 2002 foi de 1,8 milhão de veículos. E vamos fechar 2011 com 3,4 milhões de unidades nesse Brasil. Mais um dado relevante é que em 2002 a safra de grãos foi de 96,8 milhões de toneladas; em 2011, 163 milhões de toneladas foram produzidas neste Brasil. Mais um dado relevante sobre a confiabilidade, deputado Ismael dos Santos, do nosso querido Brasil, é que a taxa de investimento sobre o PIB em 2002 foi de 16,4%; 2011 - 20,8%; os níveis de investimentos estrangeiros diretos em 2002 - 16,5 bilhões de dólares; em 2011, 66,6 bilhões de dólares; a inflação em 2002 era 12,5%; em 2012 deverá ficar em 4,7%; o nível de desemprego em 2002 foi de 12,9%; em 2011 ficou em 4,7%, sendo uma das menores taxas de desemprego do mundo.

Então, quando começamos a olhar aqui nesse período de 2002 até agora, foram 18 milhões de empregos formais.

Deputado Moacir Sopelsa, poucos países geraram isso e quando comparamos com a crise internacional, sendo que li tudo isso no *iPhone 4S* e digo isso porque o Brasil de hoje é o que dá 77% de aprovação para Dilma Rousseff, a nossa presidenta da República, que não está negociando cargos, não está se submetendo a pressões. E é exatamente isso que o povo brasileiro quer.

Um dos dados relevantes desta pesquisa, mesmo com todos os questionamentos que temos, que corrupção não existe apenas em nosso governo, mas em todos governos que passaram... E digo que se há

corrupção é porque há corruptor. E o corruptor não é público, é privado. Até temos um histórico de dados relevantes, a política inclusive das mulheres, feita pela nossa presidente Dilma Rousseff e pelo ex-presidente Lula, onde 19 milhões de mulheres têm o cartão do Bolsa Família, onde mais de 50% dos projetos educacionais do PAC e da habitação foram contratos e assinados por mulheres. E ela no Dia Mundial das Mulheres fez a manifestação de que os contratos daqui para frente, quando houver uma separação do casal, esta habitação será de propriedade da mulher.

Estou fazendo essas referências, porque vejo que o Brasil está no caminho certo. E como deputado do Partido dos Trabalhadores, neste momento falando em nome do meu partido, quero dizer que me orgulho de ver o Brasil com essa trajetória política e econômica, uma trajetória de geração de empregos, de educação, principalmente de inclusão e criação da esperança da perspectiva de um país cada dia melhor.

Por isso, deputada Luciana Carminatti, deputado Dirceu Dresch e deputado Neodi Saretta, o Partido dos Trabalhadores veio para efetivamente mudar a trajetória deste país, juntamente com os partidos da base aliada, aqueles que estão ajudando a construir um novo caminho. E hoje temos como vice-presidente o grande companheiro Michel Temer, deputado Moacir Sopelsa, uma figura boníssima. E no governo passado, com o nosso ex-presidente Lula, tínhamos o saudoso José de Alencar como vice-presidente da República.

Quero dizer, também, deputada Dirce Hedeirchadt que amanhã farei um pronunciamento sobre a viagem à Índia, porque houve alguns questionamentos que nós não voltamos na mesma agenda da presidente. E quem disse que teríamos que voltar? Vamos dizer o que fizemos além e o que será feito depois disso.

Por isso é com muita tranquilidade e transparência que fazemos todas as ações em prol do povo catarinense, do povo brasileiro, porque nesta Casa somos deputados que trabalham. Desta Casa o povo catarinense pode se orgulhar. É

diferente da matéria que saiu no Fantástico, à qual não assisti; neste Plenário cada deputado representa com dignidade os seus eleitores. E a Assembleia Legislativa tem dado um exemplo ao Brasil quando corta na carne supersalários que existiam, desvenda um conjunto de aposentadorias por invalidez que até então continuava e agora não tem mais. E cabe ao Iprev ainda dar uma resposta ao povo catarinense.

No mais, deputado Moacir Sopelsa, é um prazer revê-lo.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Jailson Lima.

Esta Presidência deseja boas-vindas aos alunos do ensino médio da Escola Básica Professor Onório Miranda, que estão acompanhados da professora Michele Rejane Breda.

Ainda entro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

Com a palavra o deputado Serafim Venzon, por até sete minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, público que nos acompanha pela Rádio Alesc Digital e pela TVAL.

Quero saudar os alunos do Colégio Estadual Professor Honório Miranda, de Gaspar. E, em nome da professora Michele, saúdo todos os professores daquele educandário.

Quero destacar que hoje na comissão de Justiça aprovou-se um projeto de lei de autoria deste deputado, que teve como relator o deputado Volnei Morastoni, cujo parecer foi pela aprovação, que trata da valorização do artesanato, da economia solidária.

Hoje temos mais de 12 mil artesãos cadastrados no sindicato do artesanato. Mas não existe uma lei que dê proteção a eles, que permita que o governo possa fazer investimentos, possa apoiar iniciativas nesse sentido. A Lei n. 105 é muito importante, porque valoriza o artesanato

étnico, o artesanato regional, a economia solidária, as iniciativas de pequenos grupos, que podem virar grandes empresas, pois sabemos de estórias de grandes empresas que começaram com pequenas iniciativas. É também uma forma de fazer com que essas pessoas possam ter uma renda melhor em suas casas. Assim, com essa lei, imaginamos passar para 25 mil o número de artesãos cadastrados em sindicatos, associações.

Também vai permitir que o governo faça inúmeros investimentos nesse setor. Nos 293 municípios, por ano, no mínimo, ocorre a festa de comemoração da emancipação política. E, seguramente, acontecem de 7 a 10 eventos que têm a escolta do governo estadual, federal ou pelo menos municipal. Então, a nossa intenção é que, agora, de mão dessa lei, possamos criar em cada evento locais para que os artesãos exponham seus produtos, revelando o artesanato local para todos os visitantes. Será uma forma de revelarem o artesanato local e terem uma renda com a venda dos produtos.

Então, agradecemos aos membros do conselho estadual do artesanato, da economia solidária, ao presidente do sindicato, a todos aqueles que nos ajudaram a elaborar o projeto de lei. E quero destacar que esta Casa é uma caixa de ressonância dos clamores da sociedade. Por isso, o projeto foi bem aceito na comissão de Justiça, será bem aceito nas demais comissões por onde passará. E permitirá que os artesãos tenham a sua valorização.

Mas eu queria, ainda, destacar um projeto de lei de autoria do deputado Aldo Schneider. Na semana passada, a comissão da Saúde organizou uma grande audiência que encheu o maior plenário desta Casa. Seguramente tínhamos ali mais de 300 participantes, entre diretores e administradores dos hospitais de Santa Catarina, e falávamos do financiamento, do custeio dos atos médicos que acontecem no estado.

Santa Catarina tem 26 hospitais administrados diretamente pelo estado, 15 próprios do estado e oito ou nove geridos por organizações sociais. Ocorre que um grande número de pessoas vem a

Florianópolis para obter a cura do câncer ou de alguma doença a qual o SUS de sua cidade não atende. Às vezes, doenças mais simples, de fácil tratamento, mas como o SUS de sua cidade não atende, elas vêm a Florianópolis. Acontece que aqui em Florianópolis os pacientes ficam jogados, precisam pegar filas. Muitas vezes, ficam na fila uma noite inteira para pegar o número para atendimento. Não existe nenhum apoio para essas pessoas, e dirá a construção de uma casa de apoio.

O deputado Aldo Schneider é autor desse projeto, e este deputado é relator. Quero destacar que estou aprovando o seu projeto, e certamente será aprovado pelos demais deputados.

O Sr. Deputado Aldo Schneider - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Pois não!

O Sr. Deputado Aldo Schneider - Nobre deputado, fico satisfeito em ouvir de v.exa., na condição de membro titular da comissão de Saúde, a predisposição de, juntamente com nossos pares, aprovar um projeto dessa envergadura. Até porque todos que estamos neste Parlamento temos responsabilidade social com a sociedade catarinense, e o objetivo desse projeto é minimizar as deficiências e as dores das famílias que acompanham os nossos doentes.

Como autor desse projeto, solicito a v.exa., bem como aos membros da comissão de Saúde, a sua aprovação, pois, na minha concepção, será um grande feito para as famílias catarinenses. Muito obrigado pela manifestação de v.exa. e pelo seu voto.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente e srs. deputados, esse projeto é importante para aqueles que acorrem a Florianópolis, bem como para aqueles que acorrem a outros grandes municípios que possuem serviços médicos de referência.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Serafim Venzon.

Fim do horário destinado aos Partidos Políticos.

Passaremos à Ordem do Dia.

Votação da redação final dos Projetos de Lei n.s: 0036/2012; 0437/2011, e 0516/2011.

Não há emendas às redações finais.

Em votação.

Os srs. deputados que as aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovadas.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0018/2012, de autoria do deputado Carlos Chiodini, que institui o Dia Estadual do Manezinho no calendário oficial do estado de Santa Catarina.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0031/2011, de autoria do deputado Kennedy Nunes, que dispõe sobre procedimentos para utilização de equipamentos e produtos destinados a emissão de raio laser no estado de Santa Catarina e adota outras providências.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Saúde.

Ao presente projeto foi apresentada emenda substitutiva global.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Esta Presidência comunica que defere de plano os Requerimentos n.s: 0309/2012; 0311/2012; 0212/2012; 0313/2012; 0314/2012; 0315/2012; 0316/2012; 0317/2012; 0318/2012; 0319/2012; 0320/2012; 0321/2012; 0322/2012; 0323/2012; 0324/2012; 0325/2012; 0326/2012 e 0327/2012, de autoria do deputado Carlos Chiodini; 0328/2012 e 0329/2012, de autoria do deputado Reno Caramori; e 0330/2012, de autoria do deputado Aldo Schneider.

O Sr. Deputado Reno Caramori - Pela ordem, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Reno Caramori.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Sr. presidente, quero cumprimentar os nossos colaboradores, as taquígrafas.

Sr. presidente, faço, até por uma questão de justiça, um pequeno comentário a respeito do nosso requerimento, porque a indústria catarinense Sopasta, de Tangará, completou 60 anos de atividade em janeiro deste ano.

(Passa a ler.)

"Foi fundada em 1952. Está instalada atualmente num parque fabril com uma área aproximada de 150.000m². A Sopasta produz papel reciclado e embalagens de papelão ondulado, produção que é destinada principalmente aos mercados do Paraná, São Paulo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Sendo que 80% da produção são utilizados por empresas do setor alimentício. O papel, as chapas e as embalagens de papelão são produzidas a partir de reciclagem e atendem a demanda específica dos clientes.

A capacidade atual de produção da Sopasta é de 3.250 toneladas de papel e 3.600 toneladas de embalagens. A indústria atende clientes dos segmentos de bebidas, têxtil, de higiene, de limpeza, da agroindústria e, em especial, da indústria alimentícia. O grande diferencial da Sopasta é ser uma recicladora por natureza, que utiliza aparas como matéria-prima na produção. Seu produto final, após utilizado, poderá ser reciclado novamente."

É um processo moderno em que o material pode ser reciclado várias vezes sem perder a consistência e suas propriedades.

(Continua lendo.)

"O uso de material reciclado como matéria-prima torna a Sopasta uma empresa recicladora por natureza e com ciclo produtivo baseado na sustentabilidade. Além do diferencial ambiental, a Sopasta também se caracteriza pela excelência de sua gestão, o que fez com que, ao longo dos seus 60 anos tenha acumulado diversas certificações, como a ISO 9001:2008 (gestão de qualidade) a OHSAS 18001:2007 (sistema de gestão que atende às exigências da organização internacional do trabalho) e o Prêmio Catarinense de Excelência Nível I - compromisso com a excelência, atribuído pelo movimento catarinense de excelência.

Durante o evento de comemoração dos 60 anos, em 31 de março passado, em Videira, a diretoria da Sopasta prestou homenagem ao sr. Nelson Harasawa, membro da família fundadora da Sopalsa e presidente da empresa há 30 anos, uma pessoa extraordinária. Foi homenageado pela sua humildade, capacidade e pela maneira com que conduz aquela empresa."

Faço este registro para que possamos conhecer um pouquinho mais a economia catarinense, principalmente sobre as empresas do interior, que não tem muita divulgação. Deputado Romildo Titon, v.exa. conhece muito bem essa empresa, e nós tivemos o orgulho de conhecê-la melhor, bem como a sua direção e os seus funcionários.

Muito obrigado, sr. presidente.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Reno Caramori. Quero também parabenizar essa indústria que completa 60 anos.

Esta Presidência defere de plano o Requerimento n. 0330/2012, de autoria do deputado Aldo Schneider.

Moção n. 0009/2012, de autoria do deputado Antônio Aguiar, a ser enviada à presidenta da República, ao presidente do Congresso Nacional e

ao ministro dos Esportes, apelando pela proibição da venda e consumo de bebidas alcoólicas, nos estádios de futebol, durante a Copa do Mundo de 2014.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Finda a Ordem do Dia, passaremos à Explicação Pessoal.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Antônio Aguiar.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Sr. presidente, srs. deputados e sras. Deputadas, seja bem-vinda, deputada Dirce Heiderscheidt, que retorna a este Parlamento juntamente com os deputados Mauro de Nadal e Jailson Lima.

Quero parabenizar o deputado Reno Caramori que, nesta noite, torna-se Cidadão Catarinense. São 66 anos de luta, trabalho, dedicação à comunidade catarinense. Quero parabenizar o deputado Reno Caramori. Esperamos que seja realmente uma noite de gala, e é importante convidar todos os deputados para a sessão solene em homenagem a este deputado.

Eu gostaria hoje de me referir à Saúde, que anda com dificuldades. Está faltando, sim, a intervenção do governo federal através de verbas, como essa lei aprovada aqui, de autoria deste deputado, para a complementação da tabela do SUS.

Conversando com o presidente da Associação dos Hospitais, sr. Dario, tivemos uma colocação para o governo complementar essa tabela. Nós sabemos que a situação do governo é difícil. Falamos com o secretário Dalmo de Oliveira e ele ficou de estudar essa complementação. Temos certeza de que esse é um pedido de todos os hospitais filantrópicos e de todas as clínicas.

Nós queremos uma parcela do dinheiro do governo estadual para a complementação da tabela

do SUS. Assim teremos mais força ainda para reivindicar do governo federal que aprovou a Emenda n. 29, mas que cumpriu apenas uma parte da mesma. Não mandou o dinheiro para a Saúde, então não houve o efeito que deveria ter.

A tabela do SUS precisa ser revista e isso depende da presidente Dilma Rousseff. Somente cobrar do governo estadual e dos municípios não adianta, temos que ver o outro lado, porque o governo federal não ajuda os estados como deveria.

O estado de Santa Catarina contribui com 12% para a Saúde. Há municípios, como Canoinhas, em que estão faltando recursos, mas não do governo estadual. Falta a contribuição do governo federal. E estamos aqui apoiando todas as reivindicações e todos os atos que são feitos para mostrar que a Saúde não está bem por falta desse dinheiro federal. É esse dinheiro que estamos reivindicando há mais de 14 anos. Não queremos deixar apenas ao encargo da presidente Dilma Rousseff, do governo do Partido dos Trabalhadores, mas o governo federal precisa cumprir a sua parte e contribuir com mais veemência, mais vontade.

Achamos que a revisão da tabela do SUS deveria ser prioridade no Congresso Nacional.

O governador Raimundo Colombo está de parabéns. E aproveito para agradecer ao governador e ao vice-governador pelo fato de estarmos resolvendo um problema da saúde no município de Canoinhas com a liberação de R\$ 700 mil em equipamentos para a chegada do neurocirurgião. Por este fato Canoinhas terá, então, um cirurgião para fazer as cirurgias neurológicas do planalto norte. E temos certeza de que a aquisição desse neurologista tem, sim, o dedo do nosso governador, o empenho do deputado Antônio Aguiar e dos prefeitos da região.

Parabéns, governador Raimundo Colombo, pela aprovação também do grupo gestor para o Centro de Idosos de São Francisco do Sul, para o qual será descentralizada a verba para a sua construção. E quando visitei a comunidade de Enseada naquele município, neste final de semana, pude perceber um brilho de esperança de dias melhores para a

terceira idade em São Francisco do Sul, uma vez que sou autor da lei dos Jogos Abertos da Terceira Idade. E estou agora reivindicando os Jogos Abertos da Terceira Idade no município de Canoinhas para o ano que vem.

Tudo isso faz com que o governo, através de suas ações sociais, na saúde e na educação, realize ações diferenciadas em benefício das pessoas, as quais acabam melhorando o seu nível de vida. Assim sendo, as pessoas atendidas no planalto norte na área da saúde serão, sim, beneficiadas.

Temos um pedido importante a fazer: que seja implementada a alta complexidade em traumatologia e ortopedia no município de Canoinhas, proporcionando aos munícipes o acesso a cirurgias de mão, de joelho, de quadril e de coluna. Essas quatro especialidades são a exigência para que tenhamos atendimento de alta complexidade.

Esse é o nosso pedido ao secretário Dalmo de Oliveira, às pessoas responsáveis por destinar a alta complexidade no estado de Santa Catarina. Hoje, Canoinhas possui ressonância magnética, UTI, ultrassonografia e banco de sangue. Enfim, estamos estruturados para receber alta complexidade no planalto norte.

O Sr. Deputado Neodi Saretta - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Concedo um aparte ao nobre deputado Neodi Saretta.

O Sr. Deputado Neodi Saretta - Deputado Antônio Aguiar, queremos nos solidarizar com v.exa. que está sempre presente e é atuante nos temas referentes à saúde e dizer que lhe damos razão quando fala sobre o reajustamento na tabela do SUS, pois entendo que ela é efetivamente necessária, e da necessidade de mais recursos.

Deputado, permita-me apenas fazer uma correção ou uma contribuição à sua fala quando disse que o problema é o governo federal. Fui prefeito, deputado Antonio Aguiar, como v.exa. e outros deputados também foram, e naquela época, em números gerais, aplicava em torno de R\$ 2 milhões mensais na saúde, sendo R\$ 1 milhão do governo

federal, R\$ 1 milhão do governo municipal, às vezes 20 mil, 30 mil do governo estadual. Praticamente os recursos eram do governo federal ou municipal.

Essa realidade não mudou muito, ainda está assim. Em anos anteriores o governo, para cumprir os 12% no estado, lançou despesas que não poderiam ter sido lançadas na saúde.

Então, quero parabenizá-lo pela sua atuação, deputado Antonio Aguiar, e dizer que o estado tem que contribuir e destinar mais recursos à saúde. E o governo federal também deve reajustar a tabela do SUS, como também os municípios.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Quantos por cento o governo federal destina à saúde?

O Sr. Deputado Neodi Saretta - O governo federal tem uma meta agora. Há uma discussão, inclusive, de aumento dos recursos da saúde. O que posso dizer a v.exa., deputado, é que se fizer um levantamento dos municípios, onde há gestão plena e, repito, se pegar o caso de Concórdia, não chegará a 5% os recursos que o estado coloca em relação ao que a união e o município colocam.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Na verdade, temos três entidades: os municípios, que fazem a sua parte constitucional, o governo estadual, que faz a sua parte constitucional, e o governo federal, que não faz a sua parte constitucional. Eu entendo que se o governo federal investisse 10% ou 12% do orçamento, como fazem os municípios e o governo estadual, a situação estaria melhor. Então, precisamos de uma contribuição do governo federal na saúde.

Acreditamos que estejam sendo realizadas discussões da saúde, mas queremos que o governo federal faça a sua parte. Por isso enviaremos mais uma moção ao governo federal, ao Congresso Nacional, à presidente Dilma Rousseff e ao ministro da Saúde, pedindo que olhem com carinho a distribuição do dinheiro destinado à saúde do nosso país.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Serafim Venzon.

(Pausa)

Na ausência do deputado Serafim Venzon, com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Maurício Eskudlark, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, srs. deputados, público que nos acompanha pela TVAl e pela Rádio Alesc Digital, quero registrar dois assuntos: primeiramente, a alegria que tivemos na quinta-feira em Joaçaba, ocasião em que o governador Raimundo Colombo, no auditório do Teatro Municipal, assinou a instalação da Udesc. Na quarta-feira ele já havia instalado a Udesc no município de Caçador, indo depois também a Lages para realizar outros atos daquela universidade. Então, essa descentralização da Udesc foi muito importante para o estado.

Mas além da assinatura do ato da instalação da Udesc, que contou com a presença do reitor Sebastião Melo e de vários deputados, como os deputados Jorginho Mello, Celso Maldaner, Romildo Titon, Moacir Sopelsa, Marcos Vieira, um ato importante para a região, foi também importante o ato de criação das regiões metropolitanas do extremo oeste e do Contestado.

O deputado Romildo Titon, que brigou pela implantação da região metropolitana do Contestado, foi autor de um projeto neste sentido nesta Casa, sendo encaminhado pelo governador.

Tínhamos encaminhado o projeto da região metropolitana do extremo oeste e o pessoal técnico da Casa Civil entendeu que era inconstitucional por vício de origem, mas o governador imediatamente solucionou essa questão encaminhando um projeto de autoria do Executivo.

Então, os 94 municípios de Santa Catarina que estavam sem receber os benefícios federais que a legislação estabelece para as regiões metropolitanas serão atendidos agora, fazendo justiça a toda a população deste estado.

Mas, srs. deputados, não poderia deixar de ocupar à tribuna hoje para falar a respeito da

questão da segurança pública, até porque todos nós, catarinenses, queremos o melhor para a segurança pública, para o nosso estado, e podemos dizer com orgulho que temos a melhor segurança pública deste país.

Os estados estão avançando na questão da segurança pública, como os de São Paulo e do Rio de Janeiro, onde a secretaria da Segurança tem feito uma mudança nos últimos anos, e nós, que conhecemos, nesses 30 anos de atividade policial, o problema do Rio de Janeiro, podemos testemunhar a mudança que ocorreu. Mas com aquela mudança que ocorreu no Rio de Janeiro o problema se agravou em outros estados.

Neste final de semana, ao conversar com o assessor do secretário da Segurança Pública da Paraíba, ele me relatou vários casos de crimes praticados por marginais que se deslocaram do eixo Rio de Janeiro - São Paulo para outros estados da Federação, citando-me também o caso ocorrido em João Pessoa, na Paraíba, onde marginais praticaram crimes violentos. Eles realizaram uma festa, deputado Ismael dos Santos, e naquela festa com as suas famílias convidaram outras famílias que tinham filhos jovens que aqueles marginais queriam estuprar. E aqueles que invadiram a festa simulando assalto, renderam e prenderam as pessoas em banheiros e em quartos e praticaram uma série de estupros, matando inclusive duas jovens que tiraram os capuzes daqueles marginais.

A polícia de lá agiu com eficiência, conseguiu identificar e prender os autores desses crimes, fez um levantamento do que ocorreu naquela festa, que é o que está ajudando a inteligência na área investigativa para verificar que do eixo Rio de Janeiro - São Paulo a pressão em cima do crime organizado fez com que aqueles marginais se estabelecessem, comprassem casas e vivessem como cidadãos do bem, mas envolvidos com a criminalidade na Paraíba.

Então, essa preocupação existe e é muito grande. Eu digo isso porque falamos da eficiência da Polícia Militar e Civil catarinense, que tem conseguido manter Santa Catarina como o estado com

o menor índice de criminalidade em nível de Brasil.

Houve mudança na secretaria, isso é natural, e isso provoca mudanças também em todos os escalões. Temos esse caso da DEIC, mas entendo que toda a mudança deve primar primeiramente pelo respeito à pessoa, ao ser humano e à família. Todo policial, até escrevi esta semana, por incrível que pareça, tem um familiar. Eu lembro que na minha atividade policial, a minha grande preocupação era principalmente com os meus filhos, e muitas vezes a preocupação que eles tinham era com a minha atividade policial e com a injustiça que o policial poderia sofrer.

Digo isso porque a mudança da DEIC, ao que me parece, estava definida. E se estava definida, em respeito a quem sai, em respeito a todos os demais policiais, porque quando há uma mudança os demais vão analisar como ela ocorreu. Se houve um respeito à dignidade, se foi tratado com justiça, com consideração, entendo que pode ter ocorrido um equívoco. Não era o momento e nem era forma de se fazer a mudança. O momento não era por quê? Porque a Deic vem fazendo um grande serviço no estado de Santa Catarina.

E naquela semana o delegado Cláudio Monteiro conduziu à prisão as quadrilhas de assaltantes de caixas eletrônicos. Após as prisões, já que em quase todas essas prisões têm havido confronto, troca de tiros, risco para os policiais, ele fez uma declaração de que se os marginais viessem para o confronto - digo esses marginais vindos do Rio de Janeiro, de São Paulo e de outros estados e até os daqui -, a polícia de Santa Catarina iria também para o confronto.

Com relação à crítica feita a esse delegado, alguns intelectuais acharam que ele se excedeu nas palavras, pois como diretor não poderia ter dito isso, e outros fizeram críticas, falando-se até da mudança.

Então, com relação ao cidadão Cláudio Monteiro, entendo que aquele não era o momento ideal, pois isso deveria ter sido feito depois de 20 dias. Chamariam o delegado que iria sucedê-lo,

que foi escolhido, o delegado Akiro Sato, que é um bom delegado, um bom profissional, conheço-o pela sua atividade policial, que faz parte da Força Nacional, fariam uma transmissão sem problemas, dizendo para quem está sendo substituído que explique para onde quer ir. E se não escolher, ele tem que ir para a sua lotação, é um direito seu, fazendo essa transmissão de forma calma, tranquila, serena, sem precisar dizer que estamos substituindo-o por isso, por aquilo.

Se ele cometeu erros, irá responder por isso, mas não precisa ser exposto. Como ficará o familiar de um policial que é exposto nos jornais através da notícia de que está saindo porque fez isso, fez aquilo, ainda mais um profissional que a família, que a sociedade catarinense tem orgulho, sabe que prestou relevantes serviços à sociedade. Ele pode ter cometido um erro, todos nós estamos passíveis de cometermos, mas não precisavam fazer essa divulgação pública, até porque ele tem direito à ampla defesa e ainda vai ser julgado por aquela irregularidade que cometeu.

Entendo que o momento e a forma não são adequados e que tem direito a administração de colocar o profissional que quer nos locais devidos. Quem assume o comando tem esse direito.

Falarei mais ainda na próxima sessão, porque essa forma equivocada trouxe alguns desgastes. O governador não tem nada com essa mudança, a mudança é de quem administra.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Sargento Amauri Soares, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, srs. deputados, telespectadores da TVAL e ouvintes da Rádio Alesc Digital, volto ao debate e talvez a esse enfrentamento existente entre o Corpo de Bombeiros Militares e o Corpo de Bombeiros Voluntários, deputado Reno Caramori, para tentar ser mais preciso, mais objetivo e mais claro com relação às questões colocadas.

Estamos há diversos anos debatendo na Assembleia Legislativa esse assunto, inclusive antes mesmo de eu ser deputado nesta Casa já se debatia essa questão. E nos últimos meses, de forma bastante intensa, a partir da protocolação da PEC n. 001, que busca alterar o art. n. 112 da Constituição do estado, dá-se poder ao prefeito municipal para designar qualquer entidade que o prefeito considerar por bem para a tarefa de fiscalização e chancela de licenciamento para as edificações e obras no âmbito do município.

Tem-se debatido muito por um lado, dizendo-se que quem é contra a PEC quer fazer fechar o Bombeiro Voluntário, quer extinguir, eliminar a possibilidade de entidades civis de direito privado chamadas de Bombeiros Voluntários continuarem a prestar relevantes serviços na área de combate a incêndio e de socorro de urgência nas cidades onde atuam.

Entendemos que esse debate está enviesado, a questão que se discute não é essa, o que se discute nesta Casa, e é isso que a PEC n. 001 tenta respaldar, é a possibilidade de mantermos no estado de Santa Catarina determinados espaços territoriais onde o estado não pode entrar para essa fiscalização.

O debate da última quarta-feira, quando esperávamos o retorno, a posição das entidades dos bombeiros em relação à proposta apresentada pelo Ministério Público Estadual, pela procuradora Walquíria Danielski, foi intenso. Contraditoriamente, foi frustrante e, ao mesmo tempo, a última rodada de debates mais incisiva, mais contundente aqui neste Poder. A partir do momento em que o representante do Bombeiro Voluntário disse que não havia acordo com a proposta apresentada pelo Ministério Público, e que continuava defendendo a aprovação da PEC n. 001, estabeleceu-se uma polêmica que acho que foi produtiva, porque todo mundo descarregou todos os argumentos sobre a mesa e tornou-se mais clara qual é efetivamente a questão. A questão é o poder de polícia para realizar algumas atividades.

Por um lado, entendemos que as atividades de fiscalização e autuação somente podem ser realizadas pelo estado, e aqui não teríamos tempo para argumentar os motivos disso. Inclusive e principalmente em nome da segurança que a sociedade precisaria ter. Uma entidade privada, uma pessoa jurídica de direito privado, realizar esse trabalho que é função típica de estado pode ser temerário para o futuro da sociedade.

Por outro lado, e a proposta do Ministério Público encaminha nessa direção, há possibilidade, sim, de o Bombeiro Voluntário fazer vistoria e dizer se o projeto de determinada edificação está conforme as normas. Portanto, o Bombeiro Voluntário, podendo fazer isso, não tira do estado e do seu representante constitucionalmente instituído, o Bombeiro Militar, o direito de normatizar, o direito de fiscalizar e o direito de autuar.

O que tem sido comum, deputado Reno Caramori? No dia da vistoria, as edificações apresentam as especificações normatizadas, mas se voltarmos uma semana, 15 dias ou um ano depois não apresentam mais, inclusive porque existem empresas especializadas em alugar equipamentos de segurança para edificações. Falando aqui parece absurdo, mas existem empresas especializadas em alugar equipamentos. Ou seja, instala, faz a vistoria, recebe o "habite-se" e algum tempo depois retira o equipamento ou troca-o.

Por isso, é preciso que esse trabalho seja feito de forma permanente por um órgão público que tenha poder de polícia, inclusive para autuar, multar e retirar a licença de funcionamento, se for um *shopping center*, por exemplo. Porque se não está cumprindo as normas de segurança, tem que parar de funcionar.

Então, se o estado tiver essa função, que na nossa avaliação somente pode ser exercida por ele, estamos com o problema resolvido. O Corpo de Bombeiros Voluntários, na nossa avaliação, pode, deve e é importante que continue fazendo o seu trabalho, mas é preciso que eles entendam que o seu trabalho é complementar e auxiliar nas

atribuições do estado, e que eles também estarão sujeitos à fiscalização do estado, porque toda a sociedade está sujeita à fiscalização do estado, que é feita pelo órgão competente.

A Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros Militar são auxiliares do Exército que todos os anos fiscaliza, e inclusive a reserva de armamento - para ver se as polícias... E vale também para a Polícia Civil. A aquisição de armas depende de autorização da Polícia Federal e das Forças Armadas.

Portanto, são entidades que têm a fiscalização e já está definido qual é a instituição com o poder para fiscalizar.

Se os bombeiros voluntários, deputado Reno Caramori - e v.exa. tem uma posição e debate isso -, acharem que podem fazer vistoria assim como o bombeiro militar, mas que o bombeiro militar tem poder de polícia para normatizar, porque a normatização é privativa de órgão público, estaremos com o problema resolvido.

Do meu ponto de vista, pode ir 100% da arrecadação das taxas para os bombeiros voluntários, porque a questão, na nossa posição, é neste sentido: é o poder de polícia que somente o estado pode ter. Havendo essa concordância por parte dos bombeiros voluntários, como falei, haverá acordo em todas as outras questões e podemos discutir e chegar a um consenso.

A partir do momento em que todo mundo colocou as armas na mesa, vamos dizer assim, no final da reunião, houve a possibilidade de eles, bombeiros voluntários, junto com os bombeiros militares - e vão-se reunir hoje à noite e depois, amanhã, junto com o Ministério Público -, chegarem a um entendimento nessas questões para que possamos, sim, mudar a Constituição e já aprovar uma legislação infraconstitucional que determine qual é o papel de cada entidade, de cada instituição.

Para o bombeiro militar, é essa questão. E se o bombeiro militar voluntário não quer seguir esses conjuntos de normatização, não há por que concordarmos em mexer no artigo 108. Se eles batem o pé na PEC n. 0001, nós não temos por que

concordar em mexer no artigo 108, pois mexer no artigo 108 implica numa futura normatização, num futuro estabelecimento em lei da atribuição de cada um, e que todos se comprometam a seguir. Essa é a questão que está em debate.

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Pois não!

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - Concordo com v.exa. Não quero atrapalhar a sua linha de pensamento, mas gostaria de dizer que a fiscalização tem que ser poder de estado.

Eu vi, deputado Reno Caramori, a sua forma de encarar, não estando de acordo com o pronunciamento do deputado Sargento Amauri Soares.

Mas estamos muito próximos de um entendimento. Acho que a participação do Ministério Público foi fundamental e que estamos muito próximos de um acordo, mantendo o poder de polícia com o estado. Não pode haver entidades autônomas fazendo a fiscalização.

Então, concordo com o seu pronunciamento e acredito que o entendimento deverá acontecer.

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Muito obrigado, sr. presidente e srs. deputados!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Obrigado, deputado. É uma pena que eu não possa me pronunciar, e fui obrigado a escutar aqui serenamente. Mas concordo em parte e discordo plenamente quando se fala em organização particular.

Joinville tem há 120 anos, srs. deputados; Caçador tem há 41 anos; Concórdia tem há 40 anos; Jaraguá tem há 43 anos. E quando nem se pensava em criar bombeiros estatais, através da Polícia Militar, os civis já atuavam com muita responsabilidade.

Mas nós vamos voltar a esse assunto, que é muito importante. O meu objetivo não é nem o militar, nem o comunitário, nem o voluntário. O meu objetivo é atender à comunidade catarinense.

Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Ismael dos Santos, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Sr. presidente e srs. deputados, de fato já temos levantado esse debate sobre a questão dos bombeiros, deputado Reno Caramori - e v.exa. advoga, com legitimidade, a questão dos bombeiros voluntários. Esperamos, deputado Sargento Amauri Soares, que a comissão de Constituição e Justiça possa nos conduzir a bons mares nessa navegação tanto quanto tempestuosa que temos vivenciado, nesses últimos dias, nesta Casa, em relação a essa polêmica.

Sr. presidente e srs. deputados, quero parabenizar o Conselho Federal de Medicina pelo belo trabalho distribuído em todo o país: a cartilha Diretrizes Gerais Médicas para Assistência Integral ao Crack. Parabéns ao Conselho Federal de Medicina, que fez uma definição e um histórico do crack, abordando aspectos gerais, o tratamento do usuário e a dimensão do problema em todo o país. Traz também um guia para avaliação e o manejo de casos de urgência muito importantes, em especial para os profissionais da área. Enfim, é uma cartilha com mais de 30 páginas, com um belíssimo aspecto editorial, com layout, falando também do manuseio de medicamentos, mostrando onde procurar ajuda. Enfim, traz dados importantíssimos no combate e na prevenção ao crack.

Parabéns ao Conselho Federal de Medicina pela cartilha que está chegando às mãos principalmente dos profissionais da Saúde em todo o país e no estado de Santa Catarina.

Por outro lado, quero lamentar manchetes como esta, deputado Maurício Eskudlark: "Crack invade velhos casarões". Essa notícia, que foi publicada em um dos jornais de circulação no estado de Santa Catarina, lembra que já são 11 imóveis mapeados aqui na capital onde vivem, hoje, 300 usuários de crack. Não há dúvida de que essa é uma questão que precisa de uma ação rápida, e também de uma intervenção do governo do estado não somente na área da segurança, mas também na área médica.

Nós, da Frente Parlamentar de Combate e Prevenção às Drogas, queremos estar presente nesse debate, como disse lamentando a situação desses velhos casarões aqui na capital hoje invadidos por usuários de *crack*.

Sr. presidente e srs. deputados, nós acompanhamos, na última semana, uma comitiva de pequenos empresários e investidores de Santa Catarina, também professores e profissionais da Universidade Federal de Santa Catarina e da Fundação Universidade Regional de Blumenau, a Furb, numa audiência com o secretário de Desenvolvimento Sustentável, deputado Paulo Bornhausen, juntamente com a secretária-adjunta, com o objetivo de termos em nosso estado a aprovação do projeto de implantação do Selo de Indicação Geográfica. Isso é muito importante para Santa Catarina porque ele terá a finalidade de possibilitar a reorganização produtiva territorial e a geração de emprego e renda.

Apenas para os nossos telespectadores e ouvintes terem uma ideia, quero dizer que, hoje, em Santa Catarina, temos apenas um produto no sul do estado que tem o Selo de Indicação Geográfica. Para haver um paralelo, vejam que na França são mais de 800 produtos com esse selo que traz inúmeras vantagens para os nossos produtores do estado.

Quero elencar algumas das propostas nessa distinção que é feita a um produto, e o que isso traz de ganho para Santa Catarina:

(Passa a ler.)

"[...]

a) Reativação, criação, reestruturação de empresas catarinenses, que lhes garantirá maior autonomia de sobrevivência, manutenção e geração de novos empregos e renda;

b) Organização ou reestruturação de cadeias produtivas interdependentes de forma cooperada e solidária [...];

c) Criação de entidades representativas, como associações, consórcios, ou cooperativas, de modo a conferir maior força no mercado consumidor para

produtores catarinenses, o que também garantirá manutenção e geração de novos empregos e renda.”

O projeto, e sobre o qual tivemos a oportunidade de nos debruçar e olhar com carinho, tem a perspectiva de implantar essa indicação geográfica promovendo a organização produtiva em vários produtos. Eu quero destacar alguns deles que já estão em estudo avançado: cristal artesanal, da região de Blumenau e Pomerode; arroz, da região de Gaspar, Blumenau, Brusque, entre outras; artesanato em vime, da região de Rio dos Cedros; cachaça, da região de Luiz Alves; calçados, da região de São João Batista; cerâmica vermelha, da região de Canelinha e Tijucas; chocolate, da região de Blumenau, Pomerode e Joinville; conservas, da região de Blumenau, Indaial e Pomerode; embutidos, de todo o vale do Itajaí; porcelana de mesa, de São Bento do Sul e Pomerode; queijo fundido, da região de Pomerode; queijos em geral, da região de Nova Trento; suco de uva integral, da região de Nova Trento, têxteis, de todo o vale de Itajaí; vinho da região de Nova Trento; mel, da região de Nova Trento. Enfim, entre outros municípios onde, nesse primeiro momento, já estão sendo elaborados estudos para que conquistem esse selo de indicação geográfica.

Naturalmente que Santa Catarina, conhecida hoje, não somente na perspectiva nacional, mas também internacional pela qualidade e pela diferença de seus produtos, vai ganhar com essa proposição feita, como disse, de forma acadêmica, científica por parte da Universidade Federal de Santa Catarina, e também por parte da Furb, que agora juntam forças para buscar e conquistar junto com o governo do estado, e, naturalmente, ao governo federal, esse Selo de Indicação Geográfica.

Nesse contexto, eu diria, srs. deputados, que é inadiável a busca por um novo e eficaz instrumento de valorização da nossa produção. E é nisso que entra a proposta feita à secretaria de Desenvolvimento Sustentável, e que esperamos tenha

a aprovação e a acolhida necessária por parte do governo do estado.

Nós diríamos, em síntese, que essa propositura, entre outras conquistas, vai possibilitar, em primeiro lugar, a proteção de várias esferas do patrimônio local, desde o saber fazer dos produtos em si, a sua imagem e a sua qualidade, como também a proteção dos próprios produtores.

Em segundo lugar, abre um conjunto de oportunidades para os mercados interno e externo, por se tratarem de produtos de notoriedade e originalidade ímpares que facilitam a identificação e também fidelizam o próprio consumidor.

Em terceiro lugar, temos o aumento do valor agregado desses produtos que servirá de estímulo para novos investimentos nesse setor produtivo.

Por fim, decorrente dessa nova organização produtiva coletiva e do reposicionamento de seu produto no mercado, bem como da coesão entre produtores e comunidades, permite a ampliação, modernização, criação e reativação de novos empreendimentos do respectivo ramo.

É uma proposta para 48 meses - portanto a médio prazo -, num investimento inicial de R\$ 4 milhões ou, para ser mais específico, de R\$ 3,940 milhões, que vai deste bolsas de trabalho para docentes, horas de aulas para professores universitários que irão se dedicar ao projeto, locação de equipamentos, aquisição de material, enfim, manutenção do projeto em geral. E, como tenho dito, vai possibilitar certificar com a indicação geográfica produtos de qualidade diferenciada, cuja produção esteja localizada em todo território do estado de Santa Catarina.

Parabéns a esses investidores, à Universidade Federal de Santa Catarina e à Furb por essa iniciativa. E nós estaremos juntos nessa caminhada pela conquista do Selo de Indicação Geográfica a produtos do estado de Santa Catarina.

Muito obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Obrigado, deputado.

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Maurício Eskudlark.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, quero somente registrar a presença do prefeito de Bom Jesus do Oeste, Sérgio Luiz Persch, que está visitando esta Casa. O prefeito veio participar de uma audiência no Deinfra, tendo em vista a sua luta pelo asfaltamento do trecho Maravilha a Bom Jesus do Oeste, que é uma obra importantíssima para o extremo oeste catarinense.

Então, quero registrar a presença do prefeito Sérgio Luiz Persch.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Está feito o registro.

Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Manoel Mota.

(Pausa)

Na ausência do deputado Manoel Mota, com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Dieter Janssen.

(Pausa)

Na ausência do deputado Dieter Janssen, com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Nilson Gonçalves.

(Pausa)

Não havendo mais oradores inscritos, livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para hoje, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.